

OLHAR A CIDADE: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS PARA UMA ANÁLISE POLÍTICO-CRIMINOLÓGICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Tiago Pires Fidelis da Luz

Advogado. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Mestrando em Ciências Criminais na PUCRS, beneficiário de auxílio (taxas escolares) do PROSUP/CAPES.

Resumo: O artigo estabelece contornos a uma análise político-criminológica da produção do espaço urbano a partir dos conceitos de paisagem, configuração territorial e espaço (Santos) e da teoria de produção do espaço (Harvey; Lefebvre).

Palavras-chave: Produção do espaço urbano. Cidade. Política.

Abstract: The article establishes contours to a political-criminological analysis of the production of urban space as of the concepts of landscape, territorial configuration and space (Santos) and the theory of the production of space (Harvey; Lefebvre).

Keywords: Production of urban space. City. Politics.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, parte de pesquisa realizada no âmbito de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tem o objetivo de realizar a estruturação preliminar de uma metodologia de análise político-criminológica da produção do espaço urbano em Porto Alegre. São revistos conceitos e teorias desenvolvidas na geografia por Milton Santos a fim de que, em conjugação com uma abordagem visual da produção do espaço urbano, seja possível delinear uma abordagem da cidade focada em identificar *como, em que medida e por que* conflitos políticos manifestam-se de forma violenta na arquitetura e no urbanismo.

Assim, este trabalho propõe-se a responder a seguinte questão: como analisar a produção do espaço urbano a partir de um enfoque político-criminológico?

Inicialmente, faço uma breve exposição dos motivos pelos quais penso que é importante que o pensamento criminológico esteja constantemente voltado à produção do espaço urbano. A resposta à pergunta “por que olhar a cidade?” não é tão intuitiva quanto

pode parecer à primeira vista, e somente após uma definição mais aprofundada dessas razões é possível traçar-se uma metodologia que efetivamente leve em consideração os elementos mais relevantes para responder questões relativas à cidade e à violência. Em outras palavras, a definição de um método de abordagem e de técnicas de pesquisa só trará resultados proveitosos caso essa definição se dê em respeito absoluto a nuances do problema que se queira responder.

Para tanto, é imprescindível a compreensão do fato de que a cidade é uma construção humana que, ao mesmo tempo, reconstrói a própria humanidade:

A cidade é a mais bem sucedida tentativa do homem de refazer o mundo em que vive de acordo com os desejos de seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é o mundo no qual ele está a partir de então condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem um claro sentido da natureza dessa tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo.¹

Indagar sobre os motivos pelos quais é relevante que o olhar criminológico recaia sobre o urbano é questionar qual a importância a ser destinada, no pensamento, ao espaço no qual se dão as relações sociais. É perguntar como, em que medida e por que o espaço urbano é permeado de violência, seja a violência física cometida entre pessoas, seja a violência em um sentido mais amplo, abstrato, a qual inscreve-se acentuadamente na urbe por meio do planejamento urbano e da arquitetura.

As “pseudociências” do urbanismo e do design urbano, por ainda não terem rompido com o conforto de desejos, superstições e simplificações – uma realidade diagnosticada há mais de cinquenta anos por Jacobs e ainda hoje perceptível –,² persistem na imposição verticalizada de projetos de “desenvolvimento” e “progresso” da cidade em geral ligados a noções desconectadas da complexidade característica da vida urbana, em especial de sua dimensão socioantropológica.

Além disso, há outra razão que sustenta o olhar para a cidade: a inexistência de ideias políticas sem um espaço ao qual sejam referíveis, bem como de espaços ou princípios espaciais aos quais correspondam ideias políticas.³ Cavalletti, ao referir esse enunciado proposto por Carl Schmitt, atenta para o fato de que política e espaço são

¹ PARK, Robert. *On Social Control and Collective Behavior*. Chicago, 1967 *apud* HARVEY, David. *Social Justice and the City*. rev. ed. Athens: University of Georgia, 2009, p. 315 (tradução livre).

² JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Modern Library, 2011, p. 18-19.

³ CAVALLETTI, Andrea. *La Mitología de la Seguridad: la ciudad biopolítica*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2010, p. 7.

indissociáveis entre si: entre eles, não há meras relações, mas coimplicação. Dessa forma, estudar questões políticas de forma desconectada com questões espaciais (ou vice-versa) é uma impossibilidade, visto que, no fundo, tratam-se de duas faces de uma mesma moeda. Com efeito, é exatamente isso que sugere Foucault, ao afirmar que uma história dos espaços “seria, ao mesmo tempo, uma história dos poderes”.⁴

É por isso, por essa irremediável implicação mútua entre o político e o espaço e pelo fato de que hoje a sociedade está completamente urbanizada,⁵ que a produção do espaço é uma noção indispensável para que se pense qualquer humanidade. Isso é também verdade para o pensamento criminológico, pois, se estamos condenados a viver no mundo que criamos, estamos também condenados a tentar compreender as violências que nele inscrevemos.

A partir dessa constatação, procuro, no desenvolvimento deste artigo, respostas à questão relativa a “como olhar a cidade”. Proponho que a visão político-criminológica acerca da produção do espaço urbano não pode ser realizada de forma estritamente teórica. Para que seja possível uma compreensão aprofundada das dinâmicas pelas quais a violência em seu sentido mais amplo se articula à produção do espaço urbano, é absolutamente necessário que se *olhe* e se *viva* a cidade. A tentativa de se abordar o urbano tão somente a partir do estudo bibliográfico é, no mínimo, infrutífera, pois desconectada de toda uma gama de relações interpessoais e espaciais que exercem influência umas nas outras. Uma abordagem de fenômenos urbanos que se queira pertinente deve, necessariamente, estar conectada de forma visceral à urbe.

COMO OLHAR A CIDADE?

A fim de delinear uma metodologia de observação de algo que se pode, provisoriamente, chamar de violência política no espaço urbano, parto das noções de *paisagem*, *configuração territorial* e *espaço*⁶ esboçadas por Santos para, conjugando-as à

⁴ FOUCAULT, Michel. *O Olho do Poder*. In: _____. *Repensar a Política: Ditos & Escritos*, vol. VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 110.

⁵ LEFEBVRE, Henri. *The Urban Revolution*. Minneapolis: University of Minnesota, 2003, p. 1-22.

⁶ Acerca da terminologia: “Um sistema de realidades, ou seja, um sistema formado pelas coisas e a vida que as anima, supõe uma legalidade: uma estruturação e uma lei de funcionamento. Uma teoria, isto é, sua explicação, é um sistema construído no espírito, cujas categorias de pensamento reproduzem a estrutura que

produção do espaço com base em Lefebvre e Harvey, propor maneiras de se olhar para a cidade que possibilitem visualizar, compreender e criticar a violência política no espaço urbano.

Minha proposta é no sentido de que esse olhar, inicialmente, deve ser orientado por meio de duas óticas distintas e complementares entre si: a primeira, na qual serão analisadas questões *macroespaciais*, consiste em dar um enfoque crítico ao urbano, à forma como são dispostas e inter-relacionam-se regiões da cidade, bairros, espaços públicos; e a segunda, abordando o aspecto *microespacial*, voltada à arquitetura, ao mobiliário urbano, aos espaços privados.

Certamente, a divisão entre *macro* e *microespaço urbanos* é arbitrária e meramente instrumental para a pesquisa proposta – com efeito, os limites entre um e outro não são nem têm como ser estabelecidos com precisão. Além disso, elucidada Santos:

O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. [...] O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de certos objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.⁷

Fica, assim, claro que o espaço é uma abstração que, embora útil para uma compreensão global de fenômenos sociais, carece de categorias mais concretas que facilitem sua análise. Para isso se prestam as noções de *paisagem* e de *configuração territorial*, que, distintas do espaço, são fundamentais para seu entendimento.⁸

Por paisagem, pode-se entender tudo o que vemos, aquilo que é alcançado por nossa visão. É *o domínio do visível*. Como tal, depende da localização em que se está: se estamos no chão ou no alto de um edifício, a paisagem assume escalas diferentes e, portanto, sua percepção será um processo seletivo de apreensão da realidade, a qual sempre será realizada de forma parcial e deformada.⁹ Por outro lado, a paisagem é mutável,

garante o encadeamento dos fatos. Se a chamarmos de organização espacial, estrutura espacial, organização do espaço, estrutura territorial ou simplesmente espaço, só a denominação é que muda, e isso não é fundamental. O problema é encontrar as categorias de análise que nos permitem o seu conhecimento sistemático, isto é, a possibilidade de propor uma análise e uma síntese cujos elementos constituintes sejam os mesmos” (SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012, p. 29).

⁷ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço...*, p. 30-31 (grifo meu).

⁸ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço...*, p. 12.

⁹ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço...*, p. 67-68.

temporalmente irregular, constituindo-se em um conjunto de formas heterogêneas que representam, em variados graus, as condições técnicas, políticas, econômicas, culturais etc. da época atual e das antecedentes. “A técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais. A paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais”.¹⁰

Por seu turno, configuração territorial tem o sentido de algo composto, além do próprio território, pelos objetos sobre ele existentes, é “formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for”.¹¹

A paisagem é o conjunto das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é o conjunto total, integral, de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas, como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial oferecem-nos, no transcurso histórico, espaços diferentes.¹²

Em suma: o espaço é a soma entre paisagem, configuração territorial e sociedade.

Lefebvre propunha-se a, em 1974, fazer com que crescesse um conhecimento do espaço, sustentando que os trabalhos até então existentes na área restringiam-se a produzir meras descrições, sem status analítico ou teórico, ou a ver o espaço de forma fragmentada ou parcial, amostral, o que explicaria o que existe no espaço ou, no máximo, geraria um discurso sobre o espaço.¹³

Assim, para se falar em *produção do espaço* é necessário, antes de mais nada, especificar em que sentido essas palavras – *produção* e *espaço* – são utilizados. Conforme Lefebvre, esses termos devem ser esclarecidos de forma apropriada para que seja possível apreender o que seria a sua teoria de produção do espaço.¹⁴

¹⁰ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço...*, p. 74-75.

¹¹ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço...*, p. 84.

¹² SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço...*, p. 85.

¹³ LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Malden: Blackwell, 1991, p. 7. A respeito, Harvey afirma ser absurda a tese de que Lefebvre tenha sido o promotor original do pensamento sobre produção do espaço, mas as ideias de Lefebvre a respeito do assunto são adequadas e convenientes à integração com o pensamento de Harvey (HARVEY, David. *Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London: Verso, 2006, p. 130-131).

¹⁴ LEFEBVRE, Henri. *The Production...*, p. 68.

Lefebvre utiliza a ideia de produção em sentido estrito de Marx e Engels, atribuindo a essa atividade uma racionalidade imanente definida principalmente por organizar, visando a um determinado objetivo, uma sequência de ações. São instituídas relações entre componentes da ação baseadas em uma ordem a ser seguida de acordo com a teleologia daquilo que se objetiva produzir. “Toda atividade produtiva é definida menos por fatores invariáveis ou constantes do que pelo incessante vaivém entre temporalidade (sucessão, concatenação) e espacialidade (simultaneidade, sincronicidade)”.¹⁵ O importante aqui é destacar o caráter teleológico da produção, sua orientação a um fim, qual seja, a transformação de algo em um produto.

A partir daí, é possível perguntar: o espaço é algo realmente produzido, um produto? Caso a resposta a essa questão seja afirmativa, será possível utilizar a noção de produção do espaço a fim de responder ao problema da pesquisa proposta, qual seja: de que maneiras a produção, essa atividade racional que organiza uma sequência de ações visando a um determinado objetivo, do espaço se articula com os embates políticos?

Quanto à possibilidade de o espaço ser visto como um produto em sentido estrito (ou seja, como resultado da produção no sentido de Marx e Engels supramencionada), é inicialmente necessária uma ressalva:

O espaço (social) não é uma coisa dentre outras coisas, nem um produto dentre outros produtos: antes, subsume coisas produzidas e envolve suas inter-relações em sua coexistência e simultaneidade – sua ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). É o resultado de uma sequência e de um conjunto de operações, e portanto não pode ser reduzido à posição de um simples objeto.¹⁶

No entanto, Lefebvre sustenta que, mesmo assim, o espaço pode ser pensado como um produto em sentido estrito, pois “[...] ele é reprodutível e é o resultado de ações repetitivas. Assim, o espaço é, sem dúvida, produzido, mesmo quando a escala não é a de grandes rodovias, aeroportos ou obras públicas”.¹⁷

Superada a questão acerca da possibilidade de o espaço ser visto como um produto, resta agora determinar como o espaço será visualizado na pesquisa. Para tanto, a noção de espaço como soma de paisagem, configuração territorial e sociedade será conjugada com as propostas teóricas de Harvey e de Lefebvre.

¹⁵ LEFEBVRE, Henri. *The Production...*, p. 71 (tradução livre).

¹⁶ LEFEBVRE, Henri. *The Production...*, p. 73 (tradução livre).

¹⁷ LEFEBVRE, Henri. *The Production...*, p. 75 (tradução livre).

Harvey identifica uma divisão tripartida de como o espaço pode ser compreendido:

Se consideramos o espaço como absoluto, ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente de matéria. Ele, então, possui uma estrutura que podemos usar para ordenar ou individualizar fenômenos. A visão de espaço relativo propõe que ele seja entendido como uma relação *entre* objetos que existe somente porque objetos existem e se relacionam uns aos outros. Há um outro sentido em que o espaço pode ser visto como relativo e escolho chamar de espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como sendo contido *nos* objetos no sentido de que se pode dizer que um objeto existe somente enquanto contém e representa em si mesmo relações com outros objetos.¹⁸

Para melhor compreender essa divisão, é útil o exemplo de uma sala de conferência. As palavras do conferencista ficam restringidas aos limites físicos do espaço e do tempo absolutos em que se dá a conferência: quem não estiver dentro da sala durante a palestra, será excluído. Mas o conferencista também ocupa um espaço relativo em relação aos ouvintes: ele tenta fazer sua comunicação pela sala, e se falar em tom baixo demais, não será ouvido pelas pessoas nas últimas fileiras, e entre estas e aquelas que podem ouvir suas palavras, é criada uma descontinuidade no espaço-tempo. Quanto ao componente relacional, leva em conta que cada ouvinte entra na sala trazendo experiências anteriores, cada um tem pensamentos próprios e sua atenção ao que é tratado na conferência depende muito disso, e as pessoas não têm muita ideia acerca de como as outras se colocam nesse espaço relacional, pois não é possível saber o que se passa dentro da cabeça dos outros.¹⁹

Cada um desses enfoques será útil de acordo com a abordagem que se dê ao espaço. O mesmo espaço, assim, é compreendido como sendo, *ao mesmo tempo*, absoluto, relativo e relacional. A decisão acerca de qual dessas distintas formas de análise se utilizará deverá se dar de acordo com sua adequação ao fenômeno em estudo.²⁰

Já Lefebvre propõe que o espaço seja encarado a partir de três enfoques diferentes, quais sejam: o espaço material (que pode ser fisicamente experimentado e percebido, que pode ser tocado), as representações do espaço (o espaço conceptualizado, o espaço dos cientistas, dos urbanistas) e o espaço representacional (o espaço *vivido*, por associação de símbolos e imagens; o espaço das sensações). Aqui, mais uma vez não existe uma hierarquia entre as categorias (de fato, o autor sustenta que elas devem ser mantidas em

¹⁸ HARVEY, David. *Social Justice...*, p. 13 (tradução livre, grifo do autor).

¹⁹ HARVEY, David. *Spaces of Global...*, p. 127-128.

²⁰ HARVEY, David. *Spaces of Global...*, p. 125-126.

tensão dialética.²¹ Um bom exemplo dessa tensão é o quadro *O Grito*, de Edvard Munch: ao mesmo tempo em que a tela ocupa um espaço material, físico, contém uma representação, por meio de códigos particulares, de um determinado espaço e transmite, por outros códigos visuais, sensações a quem observa.²²

A partir daí, Harvey identifica que as categorias propostas por Lefebvre não são suficientes para abordarem-se algumas questões, mas também não podem ser abandonadas, pois os espaços construídos efetivamente têm as dimensões material, conceptual e vivida. Em face disso, o autor propõe que as categorias lefebvrianas de análise do espaço – material, conceptual e representacional – sejam entrecruzadas com as suas – absoluto, relativo e relacional –, da forma exposta no Quadro 1.

Quadro 1 – Uma matriz geral de espacialidades

Lefebvre Harvey	Espaço Material (experimentado)	Representações do Espaço (conceptualizado)	Espaço Representacional (espaço vivido)
Espaço Absoluto	muros, pontes, portas, escadarias, pisos, tetos, ruas, prédios	mapas cadastrais e administrativos, geometria euclidiana, descrição de paisagem – <i>Newton, Descartes</i>	sentimento de satisfação à lareira, senso de segurança ou encarceramento pela clausura
Espaço Relativo (tempo)	circulação e fluxos de energia, água, ar, mercadorias, informação, dinheiro	mapas temáticos e topológicos, desenhos em perspectiva, metáforas de movimento – <i>Einstein, Riemann</i>	ansiedade por não chegar a uma aula, frustração em engarrafamentos
Espaço Relacional (tempo)	fluxos de energia eletromagnética, relações sociais, superfícies com potencial econômico	surrealismo, existencialismo, ciberespaço, teoria do caos, matemática quântica – <i>Leibniz, Deleuze, Benjamin</i>	visões, fantasias, desejos, frustrações, memórias, sonhos, estados psíquicos (vertigem, claustrofobia)

Fonte: HARVEY, David. *Spaces of Global...*, p. 135 (reduzido pelo autor, tradução livre).

Essa matriz pode servir de importante ferramenta no estudo da produção do espaço, especialmente as categorias da terceira linha (espaço relacional), que fornecem subsídios

²¹ LEFEBVRE, Henri. *The Production...*, p. 38-39.

²² HARVEY, David. *Spaces of Global...*, p. 132.

para pensar como a produção do espaço material em Porto Alegre se articulará com as representações que se faz desse espaço – as formas pelas quais ele é conceptualizado – e como esse espaço influencia os sentimentos de moradores e transeuntes em algumas áreas da cidade. Certamente, “[...] há alguns tópicos, como o papel político de memórias coletivas em processos urbanos, que só podem ser abordados dessa forma”.²³

Em função de todo o exposto, minha proposta metodológica organiza-se da seguinte maneira: serão realizadas análises paralelas tanto de paisagens quanto da configuração territorial (Santos) na cidade de Porto Alegre, privilegiando o enfoque na correlação entre o caráter relacional do espaço (Harvey) e seus aspectos material, conceptualizado e vivido (Lefebvre). Essas análises paralelas serão progressivamente submetidas a uma tensão, buscando aproximar-se do “[...] ponto cego no campo visual, que o olho do pesquisador não pode perceber, ou então algo como um ponto de fuga que se afasta ao infinito, em direção ao qual as diversas linhas perspectivas de sua investigação [...] convergem sem jamais poder atingi-lo”.²⁴

Para levar a cabo essa proposta, serão necessariamente utilizados recursos visuais, principalmente fotografias e vídeos – o intento é utilizar esses recursos a fim de que a *imagem* deixe de ser “uma representação da forma externa de um objeto”, mas torne-se algo mais amplo e complexo: algo que tem a capacidade de representar, intermediar e auxiliar a compreensão de complexos fenômenos sociais –,²⁵ cujas observações serão colocadas em constante interlocução entre as observações e teorias de diversas áreas das humanidades, notadamente ciência política, sociologia, antropologia e filosofia.

Penso que essa é a melhor maneira de se investigar quais são os conflitos políticos que porventura exerçam papel relevante na produção do espaço urbano na cidade de Porto Alegre, bem como em que medida e por que motivos essa produção se dá de forma violenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

²³ HARVEY, David. *Spaces of Global...*, p. 125 (tradução livre).

²⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 14.

²⁵ HAYWARD, Keith J. Opening the Lens: cultural criminology and the image. In: _____; PRESDEE, Mike (Eds.). *Framing Crime: cultural criminology and the image*. London: Routledge, 2010, p. 1-2.

Italo Calvino, em seu clássico *As Cidades Invisíveis*, dá uma lição irretocável acerca da importância da cidade para o pensamento:

[...] das inúmeras cidades imagináveis, devem-se excluir aquelas em que os elementos se juntam sem um fio condutor, sem um código interno, uma perspectiva, um discurso. É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. [...] – As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. – Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder, como Tebas na boca da Esfinge.²⁶

Como já exposto, não é possível se pensar o político sem um espaço, assim como não se pode pensar o espaço sem o político: são dois lados de um mesmo fenômeno. Entretanto, exatamente por isso, seria possível afirmar que nunca convergem, nunca realmente *se tocam*, mas sim permanecem em um constante estado de *impossibilidade de curto-circuito*? Que embora sejam coimplicados, o espaço e o político são “mutuamente intraduzíveis e podem ser compreendidos somente em um tipo de visão em paralaxe, constantemente mudando de perspectiva entre dois pontos entre os quais nenhuma síntese ou mediação é possível”²⁷

Pelas próprias naturezas da *paisagem*, da *configuração territorial* e da *sociedade* – os três são mutáveis, temporalmente irregulares, e a paisagem, mesmo que fosse temporalmente regular, varia de acordo com o ponto de vista do observador –, não é possível se pensar nessas categorias como estanques, definidas, e, por consequência, não há como se ter a pretensão de que a pesquisa a ser realizada venha a “revelar a verdade” sobre a produção do espaço urbano. O que se produzirá a partir disso só poderá ser *uma determinada* visão de *uma determinada* realidade a partir de *um determinado* ponto de vista.

Por fim, uma ressalva: as linhas metodológicas aqui propostas não serão necessariamente seguidas à risca. As técnicas sugeridas não excluem outras que porventura se mostrem necessárias e oportunas ao longo da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa

²⁶ CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 44.

²⁷ ŽIŽEK, Slavoj. *The Parallax View*. Cambridge: MIT, 2006, loc. 59.

proposta tenta, de certa forma, aproximar-se do anarquismo metodológico feyerabendiano, levando em consideração que “[...] a ciência não conhece ‘simples fatos’, mas ‘fatos’ que adentram nosso conhecimento já são vistos de uma determinada maneira e são, portanto, essencialmente idealizados”.²⁸

A ideia é, na realidade, bem simples: uma tentativa de desnaturalização de alguns (pressupostos) *fatos* da produção do espaço urbano passa necessariamente por uma investigação aprofundada e que tente, tanto quanto possível, despir-se de concepções acerca tanto do urbano como do político, a fim de destacar relações entre essas duas áreas coimplicadas. Parece-me que essa é a melhor forma de – retomando Calvino – compreendermos quais são “as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder”²⁹ acerca da cidade, do político – e quais são as respostas que uma cidade dá a essas perguntas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CAVALLETTI, Andrea. *Mitología de la Seguridad: la ciudad biopolítica*. Tradução de María Teresa D’Mesa. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2010.

FEYERABEND, Paul. *Against Method*. 4th. ed. London: Verso, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Repensar a Política: Ditos & Escritos, vol. VI*. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

HARVEY, David. *Social Justice and the City*. rev. ed. Athens: University of Georgia, 2009.

_____. *Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London: Verso, 2006.

HAYWARD, Keith J; PRESDEE, Mike (Eds.). *Framing Crime: cultural criminology and the image*. London: Routledge, 2010.

²⁸ FEYERABEND, Paul. *Against Method*. 4th. ed. London: Verso, 2010, p. 3.

²⁹ CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis...*, p. 44.

JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Modern Library, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Tradução de: Donald Nicholson-Smith. Malden: Blackwell, 1991.

_____. *The Urban Revolution*. Tradução de Robert Bononno. Minneapolis: University of Minnesota, 2003.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. *The Parallax View*. Cambridge: MIT, 2006. (Kindle eBook)